

QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO**Olivér VÁRHELYI****Saúde, Bem-Estar Animal****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Qual será a sua contribuição para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todos os domínios políticos que fazem parte da sua pasta? Como tenciona pôr em prática a integração da perspectiva dos jovens?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável?

Toda a minha carreira tem sido dedicada ao fortalecimento da União Europeia — trabalhando no aprofundamento da sua integração interna, mas também na promoção das relações com a vizinhança direta da UE e no apoio aos países candidatos/potenciais candidatos na sua via de adesão à UE.

Antes de iniciar funções na Comissão Europeia, em 2019, como comissário da Vizinhança e Alargamento, toda a minha carreira profissional como funcionário público foi dedicada ao desenvolvimento da integração europeia. Durante este período, adquiri uma compreensão e um conhecimento profundos dos processos de tomada de decisão da UE e das diferentes políticas setoriais da UE, incluindo a política de saúde e as regras em matéria de bem-estar animal.

Posso igualmente experienciar comprovada na promoção do interesse geral da União Europeia, tendo sido chefe de unidade da Comissão Europeia quando da criação da patente unitária europeia no quadro da segunda cooperação reforçada na UE. Durante este período, fui responsável pelo desenvolvimento e salvaguarda dos direitos de propriedade intelectual de diferentes setores, incluindo do setor farmacêutico, pelo reforço da vantagem competitiva da UE e pela garantia de condições de concorrência equitativas em relação aos nossos parceiros internacionais.

A minha carreira na administração pública húngara — seja na qualidade de chefe do Serviço Jurídico da missão da UE na Hungria ou de representante permanente adjunto na Representação Permanente da Hungria junto da UE — proporcionou-me muitas oportunidades de trabalhar em dossiês sensíveis do ponto de vista político, económico e financeiro relacionados com a saúde e o setor alimentar, nomeadamente a legislação farmacêutica geral e a sua revisão de 2003, o Regulamento Dispositivos Médicos, a Diretiva Produtos do Tabaco ou a diretiva relativa à possibilidade de os Estados-Membros limitarem ou proibirem o cultivo de OGM («Diretiva OGM») no seu território.

Ao iniciar funções como membro da Comissão Europeia em 2019, tive a honra de servir a UE como comissário europeu da Vizinhança e Alargamento. Durante este período, estive ativamente envolvido na resposta da UE a muitos desafios imprevistos que remodelaram o panorama geopolítico na Europa e no mundo. Uma parte importante do meu trabalho tem sido assegurar o apoio aos Balcãs Ocidentais e à vizinhança da UE na sequência da pandemia de COVID-19. Para esse fim, reorientámos rapidamente a assistência existente para dar resposta às necessidades mais urgentes, tais como a entrega de vacinas, medicamentos e equipamento de proteção. Demos

igualmente um maior destaque ao desenvolvimento de sistemas de saúde mais resilientes e ao alinhamento da legislação pertinente com as regras da UE. No seu conjunto, mobilizámos, nestes momentos críticos, mais de 8,1 mil milhões de EUR em todas as regiões abrangidas pela minha pasta.

Por exemplo, no que diz respeito à Ucrânia, em fevereiro de 2022, a Comissão Europeia concedeu uma subvenção de 120 milhões de EUR a título de apoio orçamental para ajudar o governo a reforçar a preparação e a gestão civil de crises a nível central e local. Tal contribuiu para a prestação contínua de serviços básicos, incluindo a assistência médica aos cidadãos mais vulneráveis. Além disso, a Comissão disponibilizou 12 milhões de EUR para dar apoio a ações conexas destinadas a apoiar a conceção e a aplicação da reforma em matéria de estruturas de acolhimento de crianças e a reforçar o acesso das crianças a cuidados adaptados aos seus traumas. Alargámos a parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento através do programa «EU4Recovery» (35 milhões de EUR), que se centra na prestação de serviços públicos de qualidade, incluindo cuidados de saúde nas comunidades da linha da frente e adjacentes. Os investimentos destinados a melhorar o sistema de saúde público da Ucrânia foram integrados no Mecanismo para a Ucrânia, que continuará a apoiar o país nos próximos anos.

Estou firmemente convicto de que a UE é muito mais forte quando os seus vizinhos também o são. Por conseguinte, desde o início do meu mandato, enquanto membro do Colégio, tomei medidas para apoiar o desenvolvimento socioeconómico dos países abrangidos pela minha pasta. Neste contexto, lançámos os planos económicos e de investimento para os Balcãs Ocidentais, para a Vizinhança Oriental e para a Vizinhança Meridional. Orgulho-me de poder dizer que, quanto ao objetivo de mobilizar 77 mil milhões de EUR em investimentos até 2027, no final do meu mandato estamos adiantados em relação a esse prazo, tendo já mobilizado 54,68 mil milhões de EUR, cerca de 70 % do objetivo para 2027. Este facto coaduna-se com a ambição das orientações políticas da presidente eleita de tornar a Comissão de 2024-2029 uma Comissão do investimento. Além disso, no âmbito destes programas, integrámos os cuidados de saúde como um setor fundamental de desenvolvimento nas três regiões, tendo a parte do apoio a ações relacionadas com os cuidados de saúde aumentado de 579 milhões de EUR nos últimos três anos provenientes do anterior quadro financeiro plurianual (2018-2020) para mais de 696 milhões de EUR (2021-2023), o que representa um aumento de 17 %. O financiamento abrangeu um vasto número de ações, desde o apoio ao acesso a centros de cuidados de saúde primários e à imunização da população vulnerável em países como o Líbano, ou a viabilização de um sistema de saúde mais reativo nos Balcãs Ocidentais, onde foi possível, pela primeira vez, prestar apoio da UE a infraestruturas de cuidados de saúde de nível básico e médio, como, por exemplo, o novo hospital pediátrico em Belgrado, uma instalação de destaque e de elevada qualidade nos Balcãs Ocidentais. Combatemos igualmente a pobreza multidimensional nas zonas rurais desfavorecidas do Egito, reforçando as capacidades de fabrico e o acesso a medicamentos, incluindo vacinas, e a outras tecnologias da saúde. Apoiámos igualmente a qualidade dos cuidados de saúde e o acesso a estes por parte dos refugiados na Turquia, prestando também apoio imediato pós-sismo para infraestruturas de saúde e de ensino.

Qual será a sua contribuição para a aplicação das orientações políticas da Comissão?

Apio plenamente a visão da presidente eleita definida nas orientações políticas: uma visão para uma Europa mais forte, que proporcione prosperidade e competitividade sustentáveis, proteja as pessoas e a nossa qualidade de vida, defenda a democracia e respeite a justiça social.

Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de comissário da Saúde, Bem-Estar Animal tenciono envidar todos os esforços necessários para completar a União Europeia da Saúde, fomentar a resiliência, a segurança, a qualidade e a sustentabilidade dos sistemas de saúde para proteger a saúde dos nossos cidadãos das ameaças sanitárias, promover a saúde preventiva e fomentar estilos de vida saudáveis.

A ligação entre as pessoas, os animais, as plantas e o ambiente orientará o meu trabalho no âmbito de uma abordagem «Uma Só Saúde».

Centrar-me-ei em fazer da UE uma potência de inovação que forneça aos seus cidadãos medicamentos e tratamentos inovadores e a preços comportáveis e que defenda os nossos elevados padrões em matéria de segurança alimentar e bem-estar dos animais. Velarei por que as orientações políticas da presidente eleita sejam devidamente aplicadas em todos os domínios de responsabilidade que me foram atribuídos.

Os recentes ataques com *software* de sequestro contra hospitais e sistemas de saúde são inaceitáveis. Trabalharei com as partes interessadas no domínio da saúde digital para identificar meios para detetar, prevenir e responder a ameaças à cibersegurança. Em colaboração com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, iremos preparar um plano europeu para a cibersegurança dos hospitais e dos prestadores de cuidados de saúde nos primeiros 100 dias do mandato.

Estou plenamente consciente da necessidade de impulsionar a nossa competitividade, com base no nosso modelo socioeconómico único. Temos de nos concentrar nos principais setores estratégicos em que a Europa pode criar uma vantagem competitiva, como a biotecnologia (e trabalhar num novo ato legislativo da biotecnologia europeia) e os dados de saúde, nomeadamente através da implementação do espaço europeu de dados de saúde. Prossegurei a conclusão da reforma do setor farmacêutico, apoiando os legisladores na consecução do equilíbrio certo entre o tão necessário impulso à inovação e a acessibilidade, disponibilidade e comportabilidade dos preços dos medicamentos que os nossos cidadãos esperam. Intensifiquei a aplicação do atual quadro no que se refere aos dispositivos médicos e avaliei a necessidade de eventuais alterações legislativas.

Através de um ato legislativo sobre medicamentos críticos, procurarei fazer face aos riscos endémicos de escassez de medicamentos e dispositivos médicos críticos e reduzirei as dependências. Com base nas experiências da pandemia de COVID-19, continuarei a reforçar a nossa arquitetura de segurança sanitária e a garantir que a Europa está preparada e bem equipada para responder a futuras ameaças sanitárias.

Conforme me foi confiado na minha carta de missão pela presidente eleita Ursula von der Leyen, intensifiquei o nosso trabalho no que diz respeito à prevenção em matéria de saúde, a fim de assegurar uma abordagem abrangente da promoção da saúde e da prevenção de doenças ao longo da vida. O investimento numa prevenção eficaz pode oferecer as ferramentas adequadas para enfrentar esses desafios, reduzir o ónus das doenças não transmissíveis, apoiar a longevidade saudável e aliviar a carga a que os sistemas de saúde estão sujeitos.

No âmbito do trabalho de prevenção em matéria de saúde e tal como anunciado pela presidente eleita, proporei uma revisão da Diretiva Produtos do Tabaco, após a conclusão da avaliação em curso. A utilização de produtos do tabaco emergentes deve ser um dos principais elementos da revisão da diretiva.

A saúde mental está na agenda da Comissão, com 20 iniciativas emblemáticas apresentadas em 2023. Continuarei a aplicar estas iniciativas com os Estados-Membros e as partes interessadas. Prestarei especial atenção à saúde mental das crianças e dos jovens. Trabalharei com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, e com outros membros do Colégio, num inquérito sobre o impacto das redes sociais no bem-estar das crianças e dos jovens.

Não pouparei esforços para fazer face aos enormes riscos da resistência aos antimicrobianos, com base no nosso trabalho com os Estados-Membros e desenvolvendo-o para alcançar as metas para 2030 através da abordagem «Uma Só Saúde».

As nossas normas de segurança dos alimentos e de bem-estar animal são as mais elevadas do mundo: continuarei a modernizar gradualmente a nossa legislação com base nos dados científicos mais recentes, procurando alcançar um equilíbrio entre a sustentabilidade, a ética e a realidade económica, salvaguardando a competitividade dos nossos agricultores e as expectativas dos cidadãos. Trabalharei com os Estados-Membros para nivelar as condições de concorrência no mercado interno e a nível internacional, em conformidade com as regras comerciais.

Por último, mas não menos importante, certificar-me-ei de que as minhas políticas não deixarão ninguém para trás, criando condições para dispormos de sistemas de saúde e sistemas de bem-estar animal verdadeiramente inclusivos que atendam de forma equitativa às necessidades das pessoas e dos animais.

Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todos os domínios políticos que fazem parte da sua pasta?

Com efeito, a igualdade entre homens e mulheres constitui um valor da UE fundamental consagrado nos Tratados. No meu atual mandato, tenho estado firmemente empenhado em reforçar a igualdade de género e a capacitação das mulheres e das raparigas nas regiões da Vizinhança e Alargamento, em consonância com a Estratégia para a Igualdade de Género e o Terceiro Plano de Ação da UE em matéria de Igualdade de Género. Em especial, o objetivo tem sido que toda a assistência financeira no âmbito da minha pasta — em todos os setores — integre uma perspectiva de género e apoie a igualdade de género.

Seria um orgulho aproveitar a oportunidade para continuar a trabalhar para a primeira mulher presidente da Comissão Europeia, com o objetivo de promover a integração da perspectiva de género e incorporar uma perspectiva de género no domínio da saúde e no domínio do bem-estar animal.

Além disso, também envidei esforços significativos e obtive resultados tangíveis no reforço da igualdade de género na Comissão Europeia, incluindo nos serviços sob a minha responsabilidade, em consonância com o compromisso

que assumi na minha anterior resposta escrita ao Parlamento Europeu em 2019: em 1 de dezembro de 2019, a quota de mulheres quadros superiores na Direção-Geral da Política de Vizinhança e das Negociações de Alargamento (DG NEAR) era de 33 % e, entre os quadros médios, de 39 %, ambas as percentagens abaixo da média da Comissão Europeia. Em 2024, a situação melhorou significativamente, tendo a quota de quadros superiores do sexo feminino aumentado para 56 % e, entre os quadros médios, para 54 %, ambas as percentagens acima da média da Comissão Europeia.

Com base nesta experiência, tenciono continuar a promover a igualdade de género também no futuro, em consonância com as orientações políticas para a Comissão Europeia de 2024-2029.

Como tenciona pôr em prática a integração da perspectiva dos jovens?

Nos últimos 5 anos, velei por que o apoio aos jovens nos seus empreendimentos se torne um elemento transversal das nossas relações com os países parceiros e da assistência que lhes prestamos.

No âmbito do Ano Europeu da Juventude 2022, participámos no desenvolvimento e na aplicação do primeiro quadro político para uma parceria estratégica com os jovens de todo o mundo, intitulado Plano de Ação para a Juventude no âmbito da ação externa da União Europeia para 2022-2027. Neste contexto, reforçámos o programa «Jovens Vozes Mediterrânicas», apoiando a cooperação entre os jovens de ambos os lados do Mediterrâneo nos assuntos públicos e em iniciativas transformadoras locais e regionais; o programa Erasmus+, que apoia o reforço das capacidades no domínio da juventude nos Balcãs Ocidentais e nos países do Sul do Mediterrâneo; o programa «EU4Youth», que promove a participação e a liderança dos jovens na elaboração de políticas na Parceria Oriental, especialmente na Ucrânia, e a rede de Jovens Embaixadores Europeus nos Balcãs Ocidentais e na Parceria Oriental e os embaixadores de boa vontade na Vizinhança Meridional.

No que diz respeito à saúde, à saúde mental e ao bem-estar dos jovens: acordámos em reforçar os sistemas de saúde (combater as desigualdades e avançar para uma cobertura universal de saúde) e apoiar serviços de saúde abrangentes, seguros, inclusivos e adaptados às crianças e aos jovens, incluindo serviços de saúde mental e de saúde digital nos nossos países parceiros. Para além dos numerosos eventos regionais, durante o Ano da Juventude acolhemos mais de 150 estudantes em Bruxelas, provenientes das três regiões, para celebrar o Ano Europeu da Juventude.

Durante o meu mandato, entre 2021 e 2023, foram autorizados mais de 966 milhões de EUR para ações relacionadas com a juventude, o que corresponde a mais de 60 % acima do valor autorizado nos três anos anteriores (594 milhões de EUR para 2018-2020). Essas ações incluem, por exemplo, a melhoria das infraestruturas de ensino no Montenegro, a capacitação dos jovens kosovanos através do programa «aprendizagem através da experiência», a melhoria da qualidade da educação para as crianças e os jovens vulneráveis na Jordânia e no Líbano, ou o apoio a escolas verdes e adaptadas às tecnologias digitais na Tunísia, o apoio ao empreendedorismo jovem através do programa Erasmus para Jovens Empreendedores ou o mecanismo de emprego e empreendedorismo «EU4Youth». Apoiámos igualmente programas para o emprego dos jovens na Bósnia-Herzegovina, e, através do programa «EU4Schools», já finalizámos 57 estabelecimentos de ensino e melhorámos as condições de ensino para cerca de 25 000 estudantes, crianças e professores na Albânia, na sequência do terramoto devastador de 2019. Na Ucrânia, apoiamos a reconstrução e a reabilitação de estabelecimentos escolares em todo o país (100 milhões de EUR).

Além disso, considero fundamental ativamente procurar saber e ter em conta os pontos de vista dos jovens, não só na UE, mas também nos países parceiros, na conceção das nossas políticas. As minhas portas têm estado sempre abertas à geração jovem. Durante o mandato, tive a oportunidade de conhecer muitos grupos de jovens e estudantes das regiões do alargamento e da vizinhança da UE — quer visitando laboratórios de juventude, infraestruturas informáticas, escolas, hospitais, etc., quer acolhendo-os no Berlaymont.

Se for confirmado como comissário da Saúde, Bem-Estar Animal, continuarei a seguir a mesma abordagem, a fim de assegurar que as decisões que tomamos são duradouras e preparadas para o futuro. Começarei por realizar o primeiro Diálogo Anual sobre a Política de Juventude nos primeiros 100 dias, em conformidade com a minha carta de missão. Centrar-me-ei igualmente no impacto que as redes sociais e o tempo excessivo de ecrã têm nas pessoas, com especial destaque para os jovens e o seu bem-estar e saúde mental, também em consonância com a minha carta de missão. Considero da maior importância colocar a tónica na vertente preventiva da política de saúde para os jovens enquanto investimento a longo prazo no seu futuro.

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Assumirei como minha obrigação continuar a cumprir as mais estritas normas deontológicas e as obrigações estabelecidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia (TUE) e nos artigos 245.º e 339.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), bem como no Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia.

A minha declaração de interesses está finalizada e acessível ao público, mas não deixarei de a modificar caso haja alterações. De igual forma, evitarei sempre situações em que a minha imparcialidade e independência possam ser postas em causa e informarei a presidente da Comissão de qualquer situação que possa implicar um conflito de interesses.

Cumprirei as obrigações de transparência em matérias relacionadas com a elaboração e a aplicação das políticas da UE, tal como estabelecido no Código de Conduta, no que diz respeito a reunir apenas com as organizações profissionais/representantes de grupos de interesses ou com os trabalhadores independentes inscritos no Registo de Transparência.

Tal como fiz nos últimos cinco anos, continuarei a publicar informações sobre as minhas despesas de viagem, juntamente com informações pormenorizadas sobre a sua finalidade e objetivo através de reportagens fotográficas ou em vídeo e aparecendo nos meios de comunicação social e nas redes sociais.

Para apoiar a transparência direta e o escrutínio do público, todas as minhas reuniões continuarão a ser devidamente publicadas nos sítios oficiais do calendário da Comissão Europeia. Todos os meus discursos e declarações públicos continuarão a ser publicados no meu sítio oficial, no dia da sua apresentação.

Respeitarei as mais elevadas obrigações éticas, nomeadamente em matéria de aceitação de presentes, hospitalidade, condecorações, prémios e distinções, e também no âmbito de atividades externas durante o mandato, bem como de atividades pós-mandato. Utilizarei com o máximo cuidado os recursos financeiros e outros recursos da Comissão.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

Compromete-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que sentido se considera obrigado a prestar contas perante o Parlamento?

Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissão como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento Europeu informações e documentos em tempo útil em pé de igualdade com o Conselho?

Papel e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

Assim como tem sido o caso nos últimos cinco anos, o diálogo com o Parlamento Europeu reveste-se da maior importância para mim. Representei a Comissão Europeia em 43 reuniões plenárias. Enquanto comissário responsável pela Vizinhança e Alargamento, participei em 31 reuniões organizadas a nível das comissões. Tal incluiu questões como os diálogos formais no âmbito dos instrumentos financeiros abrangidos pela minha pasta (sete sobre o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional e seis sobre o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão). Neste contexto, também considerei importante apresentar rapidamente ao Parlamento todas as principais propostas e relatórios (como os quatro pacotes anuais de alargamento), logo no dia da sua adoção na comissão competente (AFET). Trabalhei com o Parlamento Europeu e as suas comissões pertinentes ao longo de todas as etapas quer do processo de elaboração das políticas quer do diálogo político.

Numa perspetiva de futuro, tenciono estabelecer uma relação de trabalho muito estreita, baseada na confiança mútua e num diálogo construtivo, com os deputados ao Parlamento Europeu no domínio da saúde e no domínio do bem-estar animal. Acredito firmemente que tal é fundamental para garantir a confiança dos cidadãos e a supervisão das nossas políticas e instituições e para ajudar a combater a desinformação.

A eficácia da cooperação interinstitucional é essencial para o funcionamento do sistema institucional da UE e para a eficiência e legitimidade do nosso sistema de tomada de decisões. Baseia-se em determinados princípios orientadores que estou plenamente empenhado em seguir e velarei por que os serviços sob a minha responsabilidade sigam a mesma abordagem. Esses princípios incluem a abertura, a confiança mútua, a eficiência e o intercâmbio regular de informações. As orientações políticas da presidente eleita, Ursula von der Leyen, ilustram perfeitamente estes princípios e realçam a intenção de reforçar a relação especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Se for confirmado no meu cargo de comissário, procurarei alcançar este objetivo e, ao fazê-lo, respeitarei plenamente o disposto no Acordo-Quadro de 2010 e no Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor» de 2016.

Em conformidade com as orientações políticas, estarei plenamente disponível para participar em reuniões no Parlamento Europeu, tais como debates em sessão plenária, reuniões de comissões, trílogos e reuniões bilaterais com deputados ao Parlamento Europeu. Assegurar-me-ei que o Parlamento Europeu seja informado de quaisquer desenvolvimentos importantes sob a minha responsabilidade e estou plenamente ciente da importância da igualdade de tratamento do Parlamento e do Conselho no que diz respeito ao acesso a reuniões e à disponibilização de contributos ou outras informações.

Transparência

As orientações políticas da presidente eleita, Ursula von der Leyen, sublinham que as nossas instituições devem ser abertas e irrepreensíveis em questões de transparência a fim de recuperar a confiança dos cidadãos na União. Para o efeito, é necessário que os cidadãos tenham conhecimento das posições defendidas no processo legislativo, nomeadamente pela Comissão. O reforço da cooperação interinstitucional mediante a promoção da legitimidade e da obrigação de prestar contas estimulará a eficiência e a boa governação da UE.

Manifesto, portanto, a minha firme determinação em aplicar as disposições de vasto alcance em matéria de transparência e fluxo de informações que figuram no Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e nos acordos interinstitucionais em matéria de transparência e «Legislar Melhor». Em especial, velarei por que estas disposições sejam respeitadas no âmbito dos meus diálogos estruturados e de outros contactos com as comissões do Parlamento.

Contribuirei também ativamente para os esforços da Comissão no sentido de informar os cidadãos sobre o papel desta instituição no quadro institucional da UE. Além disso, as propostas políticas sob a minha responsabilidade basear-se-ão em consultas adequadas de peritos e do público, em conformidade com os princípios «Legislar Melhor».

Tomada em consideração das posições do Parlamento e dos seus pedidos em matéria de iniciativa legislativa

A presidente eleita Ursula von der Leyen assumiu claramente o compromisso de conferir ao Parlamento um papel de maior relevo na apresentação e elaboração de legislação. Nos termos das atuais disposições dos Tratados, salientou que a sua Comissão dará seguimento às resoluções parlamentares adotadas por maioria dos seus membros através de um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de legislar melhor.

Subscrovo plenamente este objetivo e velarei por que a Comissão atue em conformidade nos domínios da minha competência. No âmbito do compromisso assumido no sentido de uma parceria aprofundada com o Parlamento Europeu, trabalharei em conjunto com o Parlamento nas resoluções nos termos do artigo 225.º do TFUE. É minha firme convicção de que tal irá melhorar o diálogo e promover a confiança e um espírito de colaboração mútua em prol de um objetivo comum.

Garantirei igualmente que as perguntas dirigidas à Comissão pelos deputados ao Parlamento Europeu, que sejam da minha responsabilidade, são respondidas de forma rápida e precisa. Comparecerei perante o plenário e as comissões do Parlamento Europeu sempre que for chamado a responder a uma pergunta ou a dar uma resposta a uma questão específica.

Transmissão de informações e documentos

Estou plenamente consciente de que a comunicação de informações e de documentos é um aspeto essencial do aprofundamento da parceria entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Comprometo-me, portanto, a aplicar plenamente as disposições pertinentes do Acordo-Quadro entre as duas instituições e do Acordo Interinstitucional

«Legislar Melhor». O Tratado de Lisboa consagra a paridade do Conselho e do Parlamento enquanto colegisladores. Garantirei que este princípio é respeitado no âmbito da comunicação de informações nos domínios sob a minha responsabilidade.

Perguntas da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

3. Como tenciona trabalhar para reforçar a resiliência dos sistemas de saúde, garantir o acesso e preços acessíveis nos cuidados de saúde e produtos médicos na UE e estimular a investigação e a competitividade da UE no setor farmacêutico? Apesar dos esforços, a UE continua dividida em termos de acesso aos cuidados de saúde e de disponibilidade de medicamentos, o que afeta tanto a qualidade de vida dos doentes na UE como a possibilidade de curarem as suas doenças. Na qualidade de Comissário responsável pela saúde como pensa proceder, nomeadamente em cooperação com os Estados-Membros da UE, para reduzir estas desigualdades no domínio da saúde, combater a escassez de medicamentos, lutar contra a escassez de profissionais de saúde e assegurar-se de que todos os europeus recebem os melhores tratamentos, independentemente do local onde vivem na União? Considera que a revisão da Diretiva Cuidados Transfronteiriços constitui uma solução? O que pode já adiantar relativamente ao ato legislativo sobre medicamentos críticos neste contexto? De que forma irá o ato legislativo reforçar a capacidade de resposta a crises sanitárias, reduzir a dependência de países terceiros nas importações de medicamentos e ingredientes críticos e dar resposta às necessidades críticas no domínio dos cuidados de saúde, melhorando simultaneamente o acesso e a acessibilidade dos preços? Como tenciona garantir que a UE promove a investigação e o desenvolvimento de novos medicamentos ou tratamentos, em especial para doenças raras, e aumenta a sua competitividade, inovação e autonomia estratégica, assegurando simultaneamente o acesso aos doentes? Como vê a conexão com o ato legislativo da biotecnologia europeia? Como vê o papel do EU4Health neste contexto, especialmente tendo em conta os cortes orçamentais recentemente propostos?

Nos últimos anos, um conjunto crescente de desafios pôs à prova a resiliência dos sistemas de saúde na UE, os quais demonstraram que os sistemas de saúde têm de reforçar a sua capacidade de prever e de se adaptar aos choques e às mudanças estruturais. Ao reduzir as vulnerabilidades dos sistemas de saúde, estes poderão continuar a proporcionar cuidados de saúde de elevada qualidade aos cidadãos da UE; além disso, tal ajudará os Estados-Membros a garantir a sustentabilidade desses sistemas, gerando simultaneamente melhores resultados em matéria de saúde. A política de saúde também tem vindo a desenvolver uma dimensão europeia muito mais forte. O Semestre Europeu e as recomendações específicas por país, bem como o trabalho da OCDE e do Observatório Europeu de Políticas e Sistemas de Saúde sobre o estado da saúde na UE, são recursos valiosos para apoiar estes esforços. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono prosseguir este trabalho de reforço dos sistemas de saúde dentro dos limites das competências da UE.

Dada a dependência dos nossos sistemas de saúde na tecnologia digital, um aspeto fundamental da resiliência desses sistemas é a sua cibersegurança: se for confirmado como comissário, uma das minhas primeiras medidas seria a elaboração do plano de ação para a cibersegurança dos hospitais e dos prestadores de cuidados de saúde estabelecido nas orientações políticas, em estreita colaboração com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia.

O acesso a produtos médicos eficazes, seguros e de elevada qualidade é essencial para o bom funcionamento dos sistemas de saúde. Precisamos de um quadro regulamentar adaptado ao ritmo acelerado da evolução tecnológica no setor da saúde. Esse é o objetivo da revisão da legislação farmacêutica da UE proposta em abril de 2023. Esta reforma criaria um quadro regulamentar moderno, simplificado e favorável, que tornaria o investimento na investigação e no desenvolvimento de medicamentos inovadores na UE mais atrativo para as empresas, com incentivos específicos para o desenvolvimento de medicamentos para doenças raras. Considero que esta reforma é uma pedra angular para o futuro e, se for confirmado como comissário, farei tudo o que estiver ao meu alcance para apoiar os colegisladores na conclusão desta reforma.

Como o próprio Parlamento Europeu salientou, os medicamentos inovadores autorizados na UE não chegam aos doentes com suficiente rapidez e não são igualmente acessíveis. Em alguns Estados-Membros ocidentais e de maior dimensão, os doentes têm acesso a 90 % dos medicamentos recentemente aprovados, enquanto em alguns Estados-Membros da Europa Central e Meridional e em Estados-Membros de menor dimensão esse acesso chega a ser inferior a 20 %. A reforma proposta promove um acesso mais rápido dos doentes em todos os Estados-Membros e a entrada mais precoce no mercado de medicamentos genéricos e biossimilares. Além de apoiar o acesso aos medicamentos e, evidentemente, dependendo do resultado das negociações sobre a reforma farmacêutica, analisaria igualmente outras ações não legislativas que possam complementar a reforma. Continuará também a apoiar a cooperação voluntária entre as autoridades competentes no que diz respeito à relação custo-eficácia e à comportabilidade dos medicamentos.

A escassez de profissionais de saúde, que se observa em todos os Estados-Membros e toca muitas vertentes da profissão, representa um desafio especial neste setor. Uma distribuição desigual dos profissionais de saúde constitui um desafio em, pelo menos, metade dos Estados-Membros, resultando nos chamados «desertos médicos». Este problema agravar-se-á com o aumento previsto da procura de cuidados de saúde. Se a minha indignação for confirmada, apoiarei também o trabalho da futura vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação e ajudarei a criar um quadro coerente para dar resposta aos desafios de longo prazo relacionados com a mão de obra no setor dos cuidados de saúde.

A escassez de medicamentos é também um problema de longa data na UE, com graves repercussões na qualidade de vida dos doentes em toda a Europa. Em consonância com a resolução do Parlamento Europeu, a Comissão alargou o mandato da EMA à gestão coordenada e colaborativa das situações críticas de escassez a nível da UE em tempos de crise. Existem também fortes medidas regulamentares na reforma farmacêutica que visam prevenir e atenuar a escassez e reforçar as cadeias de abastecimento. Estão em vigor medidas não legislativas adicionais, e a nova Aliança para os Medicamentos Críticos constitui um fórum valioso para explorar os progressos realizados.

Se for confirmado como comissário, trabalharei no sentido de complementar as medidas propostas na reforma farmacêutica com uma proposta de ato legislativo sobre medicamentos críticos. O ato legislativo oferecerá uma abordagem coordenada para combater a escassez grave de medicamentos críticos. Visaria reforçar a resiliência das nossas cadeias de abastecimento e diversificá-las, bem como reduzir as dependências em relação a países terceiros na obtenção de medicamentos críticos e dos seus ingredientes, procurando também manter os medicamentos a preços comportáveis. Assegurarei que a avaliação de impacto da Comissão explore todas as potenciais opções políticas. Entre as opções a considerar incluem-se medidas de contratação pública para ajudar a tornar a procura mais previsível, medidas para manter e reforçar a capacidade de produção da Europa e o desenvolvimento de parcerias estratégicas para diversificar as cadeias de abastecimento.

Para melhorar a nossa competitividade a nível mundial, deveríamos envidar mais esforços para manter a inovação no centro da nossa economia, não só como motor de novos avanços da medicina, mas também para atrair talentos e investimentos a nível mundial para o setor da saúde da UE. A biotecnologia, a inteligência artificial e os dados do Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS) são de importância estratégica para a competitividade da UE a longo prazo. Podem contribuir para o desenvolvimento de novas terapias, processos de fabrico e produtos inovadores, incluindo para doenças raras, disponibilizando de forma segura dados de saúde para a investigação, permitindo ainda aos doentes partilhar os seus dados com os prestadores de cuidados de saúde e evitando testes desnecessários.

Se for confirmado como comissário, uma das minhas principais prioridades será apresentar um ato legislativo da biotecnologia a fim de reposicionar o setor da biotecnologia europeu como líder mundial e apoiá-lo sempre que necessário. No âmbito de uma mais abrangente Estratégia sobre as Ciências da Vida na UE, esse ato legislativo terá por objetivo tornar o quadro regulamentar da UE mais simples e mais propício à inovação, atrair inovadores e investidores para a investigação e facilitar a transição das biotecnologias do laboratório para a fábrica e para o mercado, em consonância com o trabalho estabelecido nas orientações políticas para incentivar as empresas em fase de arranque e em expansão. Ao mesmo tempo, precisamos também de reforçar as competências em I&D e em biotecnologia dos nossos cientistas, empresários e trabalhadores.

A Diretiva Cuidados de Saúde Transfronteiriços é uma grande conquista para o acesso dos cidadãos da UE a tratamentos médicos. No entanto, a sua aplicação requer atenção constante. A avaliação de 2022 confirmou que a diretiva acrescenta valor em benefício dos cidadãos da UE, embora seja igualmente verdade que a maioria dos cuidados de saúde transfronteiriços continua a ser gerida de forma eficaz através da coordenação da segurança social. Um êxito importante da diretiva é o facto de alguns dos seus elementos-chave (como as redes europeias de referência para a saúde em linha no domínio das doenças raras e para a avaliação das tecnologias da saúde) terem resultado em iniciativas e legislação específicas. A próxima avaliação será realizada em 2027 e teremos de analisar cuidadosamente a aplicação da diretiva na prática e se é possível reforçá-la.

O Programa UE pela Saúde deu um contributo importante para as iniciativas no domínio da saúde na UE em circunstâncias muito difíceis. Trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros para utilizar o programa no sentido de promover uma maior igualdade de acesso e de resultados em matéria de cuidados de saúde em toda a União. Sendo confirmado como comissário, continuaria a alavancar parcerias e soluções de financiamento inovadoras para continuar a impulsionar melhorias nos sistemas de saúde, nas capacidades de investigação e na saúde digital. Atualmente, em termos de apoio financeiro e de investimento públicos, a primeira prioridade deve ser assegurar a utilização dos recursos disponíveis através do Instrumento de Recuperação da

União Europeia e do orçamento atual. Olhando para o futuro, o próximo quadro financeiro plurianual constitui uma oportunidade para direcionar melhor as nossas despesas, para as simplificar e para aumentar o seu impacto.

Temos de continuar a reforçar a prevenção, a resiliência e a competitividade através das nossas políticas de saúde e de investimentos direcionados. A Europa precisa de um setor farmacêutico forte, competitivo e inovador e de tirar o máximo partido da revolução biotecnológica. As orientações políticas tornaram claro que temos de investir na inovação e nas tecnologias que irão moldar a nossa economia e dar impulso às nossas transições: esta tem de ser a nossa prioridade.

4. Quais são os seus planos concretos para combater a resistência antimicrobiana (RAM) a nível nacional, da UE e internacional, em consonância com a abordagem «Uma Só Saúde», no que diz respeito à saúde ambiental, humana e animal? Em especial, que medidas adicionais prevê para além das já propostas na revisão da legislação farmacêutica, tanto no domínio humano como no âmbito veterinário? Como tenciona fazer face à escassez e garantir o acesso a agentes antimicrobianos e a ferramentas de diagnóstico, ao mesmo tempo que garante a prudência na utilização e gestão? Irá apresentar uma atualização da lista de antibióticos reservados para uso humano? Uma vez que a investigação e a inovação são componentes cruciais da luta contra a RAM, como planeia incentivar a investigação e inovação públicas e privadas neste domínio? Tenciona estudar contramedidas médicas ainda por explorar como por exemplo os bacteriófagos?

A resistência aos antimicrobianos (RAM) é uma ameaça grave para a saúde a nível mundial. Não podemos ignorar as estimativas das Nações Unidas de que, sem ações concretas, até 2050 poderão morrer 10 milhões de pessoas por ano a nível mundial, 390 000 das quais só na Europa. Isto sem ter em conta o custo económico, que se estima em 11,7 mil milhões de EUR por ano para a Europa, devido ao aumento dos custos dos cuidados de saúde e às perdas de produtividade.

Por conseguinte, é fundamental intensificar as ações de combate à RAM. A recomendação do Conselho, do ano passado, sobre a intensificação das ações da UE para combater a resistência aos antimicrobianos (RAM) no âmbito da abordagem «Uma Só Saúde» constituiu um marco importante, em especial no que se refere às metas concretas e mensuráveis recomendadas a alcançar até 2030. Inclui recomendações em matéria de vigilância, prevenção e controlo de infeções, gestão e utilização prudente de agentes antimicrobianos e sensibilização. A Comissão apoia as ações dos Estados-Membros neste domínio.

O acompanhamento dos progressos poderá ser um tema importante para as ações de execução neste domínio, fazendo uma monitorização anual dos progressos realizados na consecução destas metas. Em 2027, a Comissão decidirá sobre as próximas etapas, com base no relatório de execução da recomendação do Conselho previsto para o mesmo ano.

Tencionamos igualmente elaborar novas orientações em matéria de prevenção e controlo de infeções para apoiar as intervenções nos Estados-Membros, especialmente dirigidas aos hospitais, que suportam algumas das cargas mais pesadas no que se refere à RAM. O Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças poderá proporcionar um apoio importante a esse nível.

No que diz respeito aos medicamentos veterinários, os Estados-Membros comunicam anualmente dados relativos à venda e à utilização de agentes antimicrobianos. A partir desses dados podemos constatar que já foi alcançada mais de metade da redução prevista nas vendas de agentes antimicrobianos para animais estabelecida na nossa Estratégia do Prado ao Prato. Assim que as tendências das vendas e da utilização se tornarem perceptíveis ao longo do tempo, poderemos avaliar a necessidade de medidas específicas adicionais.

Se for confirmado como comissário, também no que se refere a este domínio, centrar-me-ei na aplicação e cumprimento, nomeadamente através de auditorias, das obrigações relacionadas com a RAM e a medicina veterinária (incluindo as decorrentes do Regulamento relativo aos medicamentos veterinários e do Regulamento relativo aos alimentos medicamentosos para animais) em todos os Estados-Membros. O mesmo se aplica aos países terceiros que pretendam exportar animais e produtos animais para a União, que são obrigados a respeitar as nossas regras de não utilizar agentes antimicrobianos como fatores de crescimento nem utilizar os agentes antimicrobianos que, na UE, são reservados para o tratamento de infeções nos seres humanos. Convém dar seguimento rápido a novas informações relativas a uma eventual revisão da lista de agentes antimicrobianos reservados para tratamento dos seres humanos, tal como definidos no Regulamento relativo aos medicamentos veterinários.

Todos concordamos que o desenvolvimento de novos agentes antimicrobianos é urgente. No entanto, a redução da utilização de agentes antimicrobianos tem um impacto no volume de vendas e, consequentemente, no retorno

do investimento para os titulares de autorizações de introdução no mercado. Esta é uma das principais razões para o subinvestimento neste domínio e para a necessidade de incentivos adicionais para o desenvolvimento de agentes antimicrobianos inovadores e para a garantia de acesso a esses produtos.

A superação desta deficiência do mercado é a razão pela qual a reforma farmacêutica proposta incluiu um vale de exclusividade de dados inovador, a fim de criar um incentivo especial para o desenvolvimento de novos agentes antimicrobianos de vanguarda e eficazes contra a RAM. Incluiu igualmente medidas para promover a utilização prudente de agentes antimicrobianos, monitorizar a resistência aos mesmos e evitar situações de escassez, bem como para reforçar a avaliação do potencial impacto dos medicamentos no ambiente. Por conseguinte, congratulo-me com o facto de o Parlamento ter dado especial ênfase às medidas contra a RAM na sua posição em primeira leitura e, se for confirmado como Comissário, farei os possíveis por apoiar o Parlamento e o Conselho nas negociações, a fim de assegurar um resultado positivo, em especial no que diz respeito a este problema crítico.

Complementando as medidas estabelecidas na proposta de reforma farmacêutica, a proposta prevista de um ato legislativo sobre medicamentos críticos, estabelecida nas orientações políticas, teria um impacto importante no fornecimento de agentes antimicrobianos. Muitos agentes antimicrobianos são considerados medicamentos críticos, pelo que beneficiariam de ações para fazer face à escassez de medicamentos críticos, nomeadamente ações para corrigir as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento que contribuem para essa escassez.

A nível mundial, se for confirmado como comissário, trabalharei com os Estados-Membros e os nossos parceiros na implementação da recentemente adotada Declaração Política das Nações Unidas sobre a RAM. Esta declaração reconhece a necessidade de promover uma abordagem «Uma Só Saúde», estabelece objetivos concretos e insta o quadripartido a criar, em 2025, um «painel independente responsável pela recolha de dados concretos para a ação contra a RAM», a fim de orientar os Estados membros da ONU nas suas ações nacionais.

Defenderei igualmente o aumento do número de parceiros que contribuem para o fundo fiduciário multiparceiros da ONU sobre a RAM, que é uma fonte crucial de financiamento dedicado à RAM. Este fundo desempenha um papel essencial no apoio à execução dos planos de ação nacionais nos países de rendimento baixo e médio.

Em conclusão, se for confirmado como comissário, comprometer-me-ei a intensificar os nossos esforços para reduzir a RAM a todos os níveis e em todos os setores relevantes, no âmbito de uma abordagem «Uma Só Saúde». Trabalharei convosco, os deputados ao Parlamento Europeu, com o Conselho, com as partes interessadas e com os nossos parceiros internacionais para alcançar este objetivo.

5. Quais são as suas propostas para melhorar a informação obrigatória sobre os géneros alimentares prestada aos consumidores, em especial no que diz respeito ao teor de nutrientes (para escolhas mais saudáveis, mas sem uma excessiva simplificação), aos aspetos de sustentabilidade (pegada de CO2) e à rotulagem relativa ao bem-estar dos animais, evitando simultaneamente encargos administrativos e garantindo alimentos seguros e a preços acessíveis? Compromete-se a apresentar a medida anunciada na Estratégia do Prado ao Prato em 2020 para a introdução de um sistema de rotulagem na parte frontal das embalagens à escala da UE? Do mesmo modo, tenciona apresentar a adiada proposta legislativa sobre sistemas alimentares sustentáveis, que também foi anunciada no âmbito da Estratégia do Prado ao Prato? Qual é a sua posição sobre tal iniciativa? No que diz respeito à utilização de pesticidas, quais são as suas propostas para ajudar os agricultores a reduzir a utilização e os riscos dos pesticidas químicos, e como irá acelerar a disponibilidade de alternativas, como produtos de biocontrolo ou substâncias de baixo risco? Por último, quais são os seus planos concretos para aumentar as inspeções de segurança alimentar aos produtos importados?

A informação obrigatória sobre os géneros alimentícios, incluindo o teor de nutrientes, e a rotulagem nutricional na frente das embalagens podem ajudar os consumidores a fazer escolhas alimentares mais saudáveis. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei com os Estados-Membros e as partes interessadas numa abordagem abrangente para promover escolhas alimentares mais saudáveis, procurando dar resposta a questões como a informação sobre os géneros alimentícios, a reformulação dos alimentos e o *marketing* de alimentos não saudáveis. Esta abordagem está relacionada com a abordagem transversal da prevenção ao longo da vida, em que trabalharei com base nas ações existentes em matéria de promoção da saúde e prevenção de doenças. Uma vez que as campanhas de informação nacionais podem chegar com mais eficácia aos consumidores, apoiarei os esforços nacionais para melhorar a sensibilização para a informação sobre os géneros alimentícios.

Devem prosseguir os trabalhos sobre a rotulagem dos alimentos, prestando especial atenção à minimização de quaisquer encargos conexos e à procura de soluções equilibradas e pragmáticas que promovam o funcionamento do mercado interno. No que diz respeito à rotulagem relativa ao bem-estar dos animais, centrar-me-ei na recolha

de provas sólidas, em especial sobre o impacto que um sistema voluntário de rotulagem relativa ao bem-estar dos animais teria nos agricultores, nos operadores das empresas do setor alimentar, no comportamento dos consumidores e no mercado interno.

A presidente eleita Ursula von der Leyen anunciou nas orientações políticas que a nova Comissão apresentará uma Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar nos primeiros 100 dias do mandato. Será analisada a forma de assegurar a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo do setor agroalimentar da UE dentro dos limites do nosso planeta. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas do Colégio para ajudar a desenvolver essa Visão de uma forma que garanta um sistema alimentar da UE resiliente, competitivo e sustentável, tendo a segurança dos alimentos como uma das suas pedras angulares. A Visão basear-se-á no relatório do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE, no qual todas as partes interessadas reconheceram que uma abordagem baseada em sistemas e a sustentabilidade continuam a ser fundamentais. A transição para sistemas alimentares sustentáveis exige várias ferramentas políticas, incluindo investimento, incentivos e regulamentação, contribuindo todos para um quadro político favorável que proporcione clareza a todas as partes interessadas. Se for confirmado como comissário, trabalharei em estreita colaboração com o comissário da Agricultura e Setor Alimentar no desenvolvimento de um novo sistema de avaliação comparativa para os sistemas agrícola e alimentar, com vista a harmonizar metodologias, nomeadamente para a sustentabilidade das explorações agrícolas.

Prosseguirei igualmente os nossos esforços para reduzir os riscos da utilização de pesticidas e promover alternativas não químicas, que são objetivos fundamentais da atual Diretiva Utilização Sustentável. Se a minha indigitação for confirmada, analisarei formas de continuar a melhorar a aplicação da diretiva ou avaliar novas iniciativas legislativas, em diálogo com os Estados-Membros e outras partes interessadas, tendo como base a recomendação do diálogo estratégico no sentido de a Comissão Europeia possibilitar um quadro legislativo sólido para os produtos e abordagens de biocontrolo.

A inovação técnica através de ferramentas digitais e de técnicas de aplicação de precisão também tem um potencial significativo para reduzir os riscos decorrentes da utilização de pesticidas, diminuindo a quantidade de pesticidas necessária para a proteção das culturas. Se for confirmado como comissário, trabalharei no sentido de integrar estas tecnologias no processo de avaliação dos riscos, de modo que sejam plenamente tidas em conta antes da tomada de decisões sobre a aprovação de pesticidas. Além de impulsionar a inovação e a modernização do equipamento utilizado para aplicar pesticidas, tal permitirá aos agricultores alcançar «mais com menos». Tenciono trabalhar com o comissário da Agricultura e Setor Alimentar para apoiar os agricultores nesta transição para técnicas digitais e de precisão.

Estou empenhado em aumentar a disponibilidade de alternativas aos pesticidas químicos, como os biopesticidas, promovendo o seu acesso ao mercado. Durante o último mandato, a Comissão simplificou os requisitos em matéria de dados e os métodos de avaliação dos pesticidas baseados em microrganismos e elaborou orientações específicas para outros biopesticidas, como extratos vegetais e feromonas. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono tomar medidas adicionais para que os pedidos de autorização de biopesticidas sejam avaliados com elevada prioridade e para que estes pesticidas possam entrar mais rapidamente no mercado a fim de expandir o conjunto de ferramentas de que os agricultores dispõem para proteger as suas culturas. Tal promoveria a inovação, responderia à evolução das necessidades de proteção fitossanitária e ajudaria a combater problemas fitossanitários emergentes.

A UE tem um dos sistemas de controlo da segurança alimentar mais exigentes e rigorosos do mundo, sendo um dos maiores importadores mundiais de produtos alimentares. Evidentemente, a correta aplicação destas regras é de extrema importância para os nossos cidadãos. Um dos princípios fundamentais deste sistema é que os géneros alimentícios colocados no mercado da UE têm de ser seguros, independentemente de a sua origem se situar dentro ou fora da UE. Isto significa que, se países terceiros ou os seus estabelecimentos que produzem géneros alimentícios de origem animal quiserem exportar para a UE, os produtos têm de demonstrar conformidade com as nossas regras; além disso, o acesso ao mercado da UE só é concedido se o país terceiro e o estabelecimento estiverem listados para o respetivo produto. A conformidade é assegurada por auditorias efetuadas pela Comissão em países terceiros, a fim de verificar o cumprimento dos requisitos da UE. Se necessário, a Comissão pode tomar medidas de emergência para impedir a importação de géneros alimentícios não seguros.

Um melhor direcionamento dos controlos de segurança dos alimentos no que se refere às importações exige um esforço constante: envolve a análise de dados dos Estados-Membros e a tomada em consideração de provas científicas em relação a possíveis riscos, dados estatísticos sobre o comércio e dados sobre os sistemas de controlo dos países terceiros exportadores, alguns dos quais provenientes dos resultados das auditorias da Comissão. Por

consequente, é continuamente dada prioridade aos controlos com base na natureza dos riscos e na potencial exposição dos consumidores e das empresas na UE a estes riscos.

Os Estados-Membros devem dispor das ferramentas necessárias para realizar os controlos de forma eficiente e coordenada. A melhoria das opções de análise de dados e rastreabilidade, utilizando a inteligência artificial, poderá contribuir para uma deteção mais fácil e rápida de anomalias e para um melhor tratamento de quaisquer incidentes com a ajuda dos sistemas informáticos existentes geridos pela Comissão. Outros elementos importantes são os laboratórios de referência da UE e os centros de referência financiados pela Comissão, a análise dos recursos de controlo nos Estados-Membros pelos auditores da Comissão e a formação dos funcionários nacionais que aplicam a legislação da UE relativa à cadeia alimentar. Se for confirmado como comissário, continuarei a trabalhar no sentido de tornar estas ferramentas mais eficientes, melhorando as garantias para os consumidores da UE de que todos os alimentos importados são seguros.

Perguntas da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

6. O bem-estar dos animais é cada vez mais considerado uma prioridade para os cidadãos. Na qualidade de Comissário indigitado, como reagiria ao desejo crescente de normas mais rigorosas em matéria de bem-estar dos animais, abordando simultaneamente a sustentabilidade, as considerações económicas e as posições dos agricultores? Como tenciona modernizar os regulamentos em vigor em matéria de bem-estar dos animais? Que novos elementos gostaria de avaliar e abordar? Que propostas legislativas em matéria de bem-estar dos animais tenciona apresentar? Além disso, como tenciona examinar e abordar os diferentes níveis de cumprimento e aplicação da legislação em vigor nos Estados-Membros da UE e assegurar-se de que as novas propostas regulamentares, bem como uma melhor aplicação, garantem condições de concorrência equitativas e não comprometem a competitividade dos agricultores da UE?

Tal como estabelecido na minha carta de missão, se for confirmado como comissário, modernizarei as regras em matéria de normas de bem-estar animal com base na nossa legislação em vigor. Fá-lo-ei em consonância com os dados científicos mais recentes, tendo em conta considerações de sustentabilidade, éticas, científicas e económicas, bem como preocupações relacionadas com a competitividade dos agricultores europeus e as expectativas dos cidadãos. Estou firmemente convicto de que é necessário manter a competitividade da agricultura da UE. A nossa futura legislação tem de refletir este objetivo.

A abordagem do bem-estar dos animais nas explorações agrícolas deve ser equilibrada, ter em conta os critérios socioeconómicos e a competitividade e basear-se em provas sólidas. No seguimento da iniciativa de cidadania europeia «Fim da era da gaiola», a eliminação progressiva das gaiolas para animais com períodos de transição adequados para cada espécie exigirá uma abordagem legislativa específica e medidas de acompanhamento que ajudem as partes interessadas a fazer essa transição de forma sustentável e economicamente viável, salvaguardando a competitividade dos agricultores europeus.

A fim de proporcionar condições equitativas, é importante assegurar que a aplicação e execução das normas da UE em matéria de bem-estar dos animais sejam coerentes em toda a União Europeia e que a nossa ação a nível mundial seja intensificada. Para o efeito, se for confirmado como comissário, apoiar-me-ei nos trabalhos em curso, tais como as auditorias aos sistemas de controlo oficial dos Estados-Membros e de países terceiros, no trabalho dos centros de referência da UE para o bem-estar dos animais e na elaboração de regras pormenorizadas, por exemplo as regras recentes aplicáveis aos navios de transporte de gado. Sendo confirmado como comissário, continuaria a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros e todas as partes interessadas através de uma série de instrumentos e fóruns. Quando fossem identificados problemas sistémicos e significativos de aplicação, reforçaria o diálogo com os Estados-Membros em causa, a fim de obter resultados rápidos, sendo sempre possível tomar medidas por infração, se necessário.

A nível mundial, continuaria a promover elevados padrões internacionais, tanto em fóruns multilaterais (em especial as normas internacionais em matéria de bem-estar dos animais da Organização Mundial da Saúde Animal), com os países candidatos à adesão à UE, como através da cooperação bilateral (por exemplo, a inclusão de um capítulo sobre o bem-estar dos animais nos acordos comerciais). Tal é importante para garantir que as importações para a UE de animais vivos cumprem as regras da UE ou normas equivalentes, combatendo assim o nivelamento por baixo das normas de bem-estar dos animais a nível mundial, o que seria contrário às expectativas dos nossos cidadãos. As duas propostas legislativas mais recentes em matéria de bem-estar dos animais (relativas ao transporte de animais e ao bem-estar dos cães e gatos) contêm requisitos relativos ao cumprimento de normas equivalentes para as importações para a UE de animais vivos provenientes de países terceiros.

7. Na qualidade de Comissário indigitado, como se asseguraria de que os riscos crescentes resultantes de surtos de doenças animais e da resistência antimicrobiana terão um papel mais proeminente na política da UE? Que tipo de ações proporia para garantir a melhoria da saúde animal e a erradicação de doenças animais em toda a UE, nomeadamente no que respeita à prevenção, vigilância e biossegurança? Além disso, que resposta tenciona dar às crescentes ameaças suscitadas pelas doenças transfronteiriças e como pensa fazer a coordenação entre os Estados-Membros da UE? Como garantiria que a futura Comissão irá assegurar um financiamento e recursos adequados para reforçar a investigação sobre o desenvolvimento de vacinas a preços acessíveis para combater doenças como a peste suína africana e prevenir a propagação de doenças como a febre catarral?

Estou plenamente empenhado em intensificar os nossos esforços de prevenção, controlo e erradicação das doenças animais e na luta contra a resistência aos antimicrobianos.

As doenças animais transmissíveis não param nas fronteiras. Estas doenças têm um impacto significativo na agricultura e ameaçam a segurança alimentar na União, podendo algumas ser também transmitidas aos seres humanos. A prevenção e o controlo das doenças animais são e continuarão a ser uma prioridade, também para o funcionamento seguro do mercado único. Para o efeito, se for confirmado como comissário, assegurarei que o nosso sólido sistema de prevenção, controlo e erradicação das doenças animais é devidamente aplicado em toda a UE. Com o apoio da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, desenvolveremos e aplicaremos medidas baseadas em dados científicos para prevenir e controlar surtos de doenças animais. Em colaboração com a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, centrar-nos-emos igualmente em doenças zoonóticas, como a gripe aviária. Prestaria especial atenção às doenças transmitidas por vetores, que representam um risco crescente devido às alterações climáticas, ao aumento da circulação de mercadorias e de pessoas através das fronteiras e a um contacto mais estreito entre os seres humanos e a vida selvagem. Em estreita colaboração com os Estados-Membros, continuaria a utilizar todas as ferramentas à nossa disposição para lidar com surtos de doenças animais, incluindo as equipas de emergência veterinária da UE. Juntamente com o comissário da Agricultura e Setor Alimentar, trabalharei no sentido de assegurar que a política agrícola comum inclui um conjunto abrangente de ferramentas para ajudar os agricultores a prevenir e atenuar o impacto económico das doenças animais e a reforçar a bioproteção nas explorações agrícolas.

Sendo confirmado como comissário, não limitaria a minha atenção às doenças animais. A resistência aos antimicrobianos é uma das principais preocupações para a saúde humana e animal, a fitossanidade, a segurança e a disponibilidade dos alimentos e o ambiente. No setor veterinário, a UE progrediu na redução da utilização de agentes antimicrobianos. Os Estados-Membros comunicam anualmente dados relativos à venda e à utilização de agentes antimicrobianos veterinários. Neste domínio, a política da UE já está a produzir resultados — já foi alcançada mais de metade da redução prevista nas vendas de agentes antimicrobianos para animais estabelecida na nossa Estratégia do Prado ao Prado. Assim que as tendências das vendas e da utilização se tornarem perceptíveis ao longo do tempo, poderemos avaliar a necessidade de medidas específicas adicionais.

Em consonância com a política de utilização prudente, os países terceiros que pretendam exportar animais e produtos animais para a União têm de respeitar as nossas regras de não utilizar agentes antimicrobianos como fatores de crescimento nem utilizar os agentes antimicrobianos que, na UE, são reservados para o tratamento de infeções nos seres humanos. Será essencial continuar a monitorizar a resistência aos antimicrobianos nas principais espécies de animais produtores de géneros alimentícios criados na UE (aves de capoeira, suínos e bovinos). Devemos também intensificar o trabalho com os Estados-Membros sobre programas de vigilância orientados (por exemplo, em animais de aquicultura) e incentivar os Estados-Membros a estabelecerem uma vigilância integrada da resistência aos antimicrobianos e do consumo de agentes antimicrobianos, utilizando uma abordagem «Uma Só Saúde». Analisarei igualmente as regras de importação de animais selvagens.

A nível da UE, existem medidas harmonizadas para a deteção precoce de doenças animais através de um sistema bem desenvolvido de notificação e comunicação de doenças animais e de uma vigilância bem estabelecida em todos os Estados-Membros. Devemos continuar a melhorar a notificação e a comunicação de informações através de novas funcionalidades do Sistema de Informação sobre Doenças dos Animais. É igualmente importante minimizar a duplicação do trabalho e assegurar a coerência dos dados em todas as plataformas através da interoperabilidade do nosso sistema de informação com o sistema de notificação da Organização Mundial da Saúde Animal. A rede de laboratórios de saúde animal da União assegura a qualidade e o diagnóstico harmonizado para a deteção precoce e a vigilância eficaz das doenças animais. Através de uma estreita cooperação com a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e do seu apoio científico, tenciono recorrer a medidas sólidas e cientificamente fundamentadas. Uma mão de obra bem formada é essencial para aplicar corretamente as medidas da UE nos Estados-Membros, pelo que é importante continuar a aumentar a capacidade a nível dos Estados-Membros através da formação de funcionários em matéria de vigilância, controlo de doenças, bioproteção e

cumprimento das regras da UE em matéria de saúde animal. As nossas auditorias da saúde animal devem continuar a informar a aplicação das regras da UE, identificando estrangulamentos, desafios e boas práticas, sendo que as auditorias realizadas com eficácia são fundamentais para assegurar a elaboração de políticas baseadas em dados concretos e a tomada de decisões informadas.

Só através de uma estreita cooperação e coordenação entre os Estados-Membros podemos prevenir a propagação de doenças animais em toda a UE. O Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal e a rede de Chefes dos Serviços Veterinários desempenham um papel fundamental neste processo. Se for confirmado como comissário, procurarei também uma estreita coordenação com os principais organismos internacionais de normalização, tais como a Organização Mundial da Saúde Animal. Reforçaria uma abordagem global e regional mais ampla para combater as doenças animais, trabalhando em conjunto com países vizinhos através do quadro mundial para as doenças animais transfronteiriças e dos nossos projetos regionais de reforço das capacidades nos Balcãs Ocidentais. No que diz respeito à segurança dos alimentos, continuaria a assegurar a plena aplicação do quadro jurídico da UE para a prevenção e gestão de incidentes de origem alimentar, com base na experiência adquirida com emergências anteriores.

A disponibilidade de vacinas seguras e eficazes é fundamental para prevenir e controlar surtos das principais doenças animais. Nos últimos anos, a Comissão consagrou mais de 20 milhões de EUR para financiar a investigação sobre vacinas contra a peste suína africana. Assegurar-me-ia de que a Comissão continua a disponibilizar as vacinas necessárias aos Estados-Membros e a países terceiros através dos bancos de vacinas animais da União, que constituem um instrumento fundamental para a gestão e a resposta. Ao decidirem vacinar as aves de capoeira, os Estados-Membros têm de seguir as medidas em vigor a nível da UE e em conformidade com as normas internacionais, a fim de assegurar a utilização mais eficaz das vacinas na prevenção e no controlo da doença. Sendo confirmado comissário, apoiaria os Estados-Membros na vacinação contra a gripe aviária, para que não perdessem o acesso aos mercados.

8. A disponibilidade de alternativas eficazes e economicamente viáveis é o principal fator para reduzir a utilização de produtos fitofarmacêuticos químicos. Como melhoraria a autorização de controlo biológico e a aplicação de uma gestão integrada de pragas? Na qualidade de Comissário indigitado, como promoveria o desenvolvimento de biopesticidas, monitorizaria a sua eficácia e incentivaria a sua utilização? Considera que os agentes de controlo biológico devem ser sujeitos a procedimentos acelerados de autorização? De um modo geral, considera necessário acelerar os procedimentos de autorização de substâncias ativas utilizadas no fabrico de produtos fitofarmacêuticos? Como tenciona combater o risco de a Europa deixar de ter produtos eficazes para combater as doenças fitossanitárias, especialmente porque estão a surgir novas pragas em determinadas regiões no contexto das alterações climáticas? Como garantiria que a União continue a ser atrativa para o investimento neste domínio? Quais são as suas opiniões sobre o procedimento de autorização zonal da UE para produtos fitofarmacêuticos?

Aumentar a disponibilidade de pesticidas biológicos e de outros pesticidas de baixo risco é vital para reduzir a utilização de pesticidas químicos. A legislação da UE em vigor em matéria de colocação de pesticidas no mercado é adequada para proteger a saúde dos consumidores da UE através das suas rigorosas normas de segurança, tal como demonstrado na avaliação REFIT de 2020. Tal proporciona garantias concretas aos nossos cidadãos, cujas preocupações se centram principalmente no impacto da utilização de pesticidas na segurança dos alimentos que consomem.

Considero que, objetivamente, os requisitos da UE continuam a ser dos mais rigorosos do mundo e permitem a aprovação de substâncias ativas e autorizações de produtos fitofarmacêuticos em conformidade com os dados científicos mais recentes. Muitas substâncias ativas que se encontravam no mercado no início dos anos noventa — quando foi adotada a primeira legislação da UE em matéria de pesticidas — são atualmente proibidas porque não satisfazem os nossos exigentes requisitos de segurança para a proteção da saúde e do ambiente. Ao mesmo tempo, tem havido um fluxo constante para o mercado de substâncias ativas recentemente desenvolvidas com propriedades melhoradas. Tal demonstra que a UE continua a ser um lugar atrativo para a inovação e o desenvolvimento no domínio da proteção fitossanitária e oferece garantias de que as empresas continuarão a introduzir novos produtos no mercado da UE.

Mais especificamente, ao abrigo da legislação em vigor, a disponibilidade de substâncias de controlo biológico e de baixo risco aumentou 125 % ao longo da última década. Cerca de metade dos pedidos de aprovação de novas substâncias ativas dizem respeito a biopesticidas. Os requisitos em matéria de dados e os métodos de avaliação dos pesticidas baseados em microrganismos foram simplificados por recentes medidas complementadas por

orientações específicas para outras substâncias de controlo biológico, como extratos vegetais e feromonas, a fim de facilitar aos requerentes a compilação dos seus dossiês e aos avaliadores dos riscos a sua revisão.

Estou ciente de que os atrasos nos procedimentos de aprovação dificultam o acesso ao mercado de biopesticidas inovadores. Tal deve-se, em parte, ao facto de os conhecimentos especializados em matéria de avaliação dos riscos dos biopesticidas ainda estarem em fase de desenvolvimento em alguns Estados-Membros e na EFSA. Se for confirmado como comissário, empenhar-me-ei em prosseguir os esforços para aumentar os conhecimentos especializados e os recursos dos Estados-Membros e em incentivar as autoridades nacionais a darem prioridade à avaliação dos riscos dos biopesticidas. Os potenciais requerentes têm direito a aconselhamento antes da apresentação dos dossiês de pedido — convidarei os Estados-Membros a estarem atentos às necessidades específicas das PME na preparação dos dossiês de pedido e a aumentarem a participação da EFSA nas reuniões prévias à apresentação com os requerentes, o que pode ter um impacto positivo na qualidade dos dossiês, facilitar a subsequente avaliação dos riscos pelos Estados-Membros e reduzir as dificuldades durante a revisão pelos pares, supervisionada pela EFSA, da avaliação dos riscos realizada pelos Estados-Membros.

O atual Regulamento Produtos Fitofarmacêuticos já prevê um procedimento acelerado de autorização de produtos fitofarmacêuticos de baixo risco, como os biopesticidas, mas esse procedimento é subutilizado. Do mesmo modo, os Estados-Membros não recorrem suficientemente ao reconhecimento mútuo das autorizações de produtos e das autorizações zonais, tal como previsto nesse regulamento. O Parlamento Europeu e o Conselho fizeram a escolha deliberada, quando da adoção do regulamento, de deixar a responsabilidade pela autorização dos produtos fitofarmacêuticos aos Estados-Membros e de apenas a aprovação de substâncias ativas ser efetuada a nível da UE. Refletindo o princípio da subsidiariedade, esta abordagem permite que os Estados-Membros, ao considerarem a autorização de pesticidas individuais, o façam com base nas diferentes situações agroecológicas nos seus próprios territórios. No entanto, se for confirmado como comissário, continuaria e intensificaria os esforços da Comissão para ajudar os Estados-Membros em matéria de autorização de produtos, reconhecimento mútuo e cooperação zonal.

As ferramentas digitais e as técnicas de aplicação de precisão também têm um potencial significativo para atenuar os riscos decorrentes da utilização de pesticidas, reduzindo a quantidade de pesticidas necessária para a proteção das culturas. Se for confirmado como comissário, trabalharia no sentido de incluir estas tecnologias no processo de avaliação dos riscos, de modo a que sejam plenamente tidas em conta antes da tomada de decisões sobre a aprovação de pesticidas. Além de impulsionar a inovação e a modernização do equipamento utilizado para aplicar pesticidas, tal permitirá aos agricultores alcançar «mais com menos» e poupar dinheiro. Tenciono trabalhar com o comissário da Agricultura e Setor Alimentar apoiando os esforços para ajudar os agricultores nesta transição para técnicas digitais e de precisão. Estou plenamente ciente de que os pesticidas são uma parte essencial do conjunto de ferramentas dos agricultores para a proteção das suas culturas e, se for caso disso, tenciono analisar muito cuidadosamente a disponibilidade de alternativas no contexto do processo de tomada de decisões sobre a renovação da aprovação de pesticidas.

Além disso, é importante reforçar as práticas de proteção das culturas que reduzem a necessidade de pesticidas químicos, tais como a proteção integrada. Reunir os Estados-Membros e outras partes interessadas para analisar a forma de melhorar a aplicação da Diretiva Utilização Sustentável seria uma proposta interessante para um dos diálogos sobre a execução previstos no âmbito desta pasta. Para além do diálogo com as partes interessadas, serão realizados controlos aos Estados-Membros a partir do próximo ano, a fim de verificar a forma como a diretiva está a ser aplicada no terreno. A minha intenção é prosseguir o diálogo com as partes interessadas e analisar os resultados dos controlos previstos antes de decidir sobre a melhor forma de avançar.

Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

9. Que medidas concretas está a ponderar para diversificar ainda mais as cadeias de abastecimento e impulsionar a competitividade do setor da saúde? Que resposta planeia dar à grave escassez de medicamentos e dispositivos médicos no contexto do ato legislativo sobre os medicamentos críticos? Que outras medidas tenciona propor para garantir a disponibilidade e a competitividade dos dispositivos médicos? Que medidas entende que devem ser incluídas no novo ato legislativo da biotecnologia europeia e no plano de ação para a cibersegurança dos hospitais e dos prestadores de cuidados de saúde? Como pretende completar o Espaço Europeu de Dados de Saúde?

Uma indústria da saúde forte e competitiva é crucial para os nossos sistemas de saúde e para responder às necessidades dos doentes. O setor farmacêutico da UE depende de uma forte base de fabrico, que emprega diretamente 937 000 pessoas e desenvolve competências científicas e de investigação. Se a minha indigitação for

confirmada, trabalharei no sentido de fortalecer a competitividade do setor farmacêutico da UE, nomeadamente trabalhando com os legisladores para concluir uma ambiciosa reforma farmacêutica que inclui procedimentos de autorização mais céleres e simplificados, apoio regulamentar às empresas que desenvolvem novos medicamentos — em especial PME e empresas em fase de arranque — e apoio a novas abordagens, tais como ambientes de testagem da regulamentação.

A escassez de medicamentos críticos constitui uma séria preocupação, reconhecida pelo Parlamento Europeu desde 2020. Sendo confirmado como comissário, prosseguiria a abordagem definida na Comunicação da Comissão, de 2023, intitulada «Addressing medicine shortages in the EU». A minha principal prioridade a este respeito será apoiar os legisladores na adoção da reforma da legislação farmacêutica. Nessa reforma estão propostos planos de prevenção da escassez por parte das empresas, alertas precoces em caso de escassez e retirada de medicamentos e uma maior coordenação a nível da UE, bem como a definição da forma de identificar os medicamentos que devem ser considerados críticos na UE. Atualizarei a lista da União de medicamentos críticos e analisarei a forma como a contratação pública pode resolver esta questão.

Tal como referido em pormenor na pergunta 3, se for confirmado como comissário, complementarei as medidas da reforma farmacêutica fazendo avançar os preparativos para um ato legislativo sobre medicamentos críticos, a fim de proporcionar uma abordagem coordenada e segura para combater a grave escassez de medicamentos críticos, tendo em conta as recomendações da Aliança para os Medicamentos Críticos.

O setor dos dispositivos médicos é um dos setores mais diversificados e inovadores da UE, com mais de 37 000 empresas de tecnologia médica — 95 % das quais são PME — que empregam mais de 695 000 pessoas. A transição para o novo quadro regulamentar da UE, adotado em 2017, revelou-se mais difícil do que o previsto. Se for confirmado como comissário, a minha prioridade será concluir a avaliação específica em curso dos regulamentos em vigor e obter dados sobre a necessidade de eventuais alterações legislativas, tendo em conta a resolução do Parlamento Europeu do ano passado. O meu objetivo seria o de apoiar a inovação e salvaguardar a disponibilidade de dispositivos para assegurar cuidados de elevada qualidade aos doentes, incluindo dispositivos médicos para doenças órfãs, destinados a pequenas populações de doentes. Centrar-me-ia na melhoria da previsibilidade e analisaria a necessidade de reduzir os custos e os encargos administrativos, especialmente para as PME.

Tal como expliquei também na minha resposta à pergunta 3, se for confirmado como comissário, uma das minhas principais prioridades será apresentar um ambicioso ato legislativo da biotecnologia, associado a uma Estratégia sobre as Ciências da Vida na UE mais ampla, a fim de voltar a posicionar o setor biotecnológico da UE como líder mundial, com base também nas recomendações delineadas pelo Professor Draghi. O futuro ato legislativo da biotecnologia impulsionaria a investigação e a inovação, ao estimular o investimento em domínios estratégicos, como o desenvolvimento clínico e as novas tecnologias de produção, incluindo para os medicamentos biológicos. Poderá ser estudada a forma de ajudar as empresas bioinovadoras em geral, mas também de continuar a simplificar os procedimentos regulamentares em setores específicos, incluindo, naturalmente, o setor da saúde. Outro domínio a explorar seria o acesso à IA e aos megadados, bem como o desenvolvimento de competências. Devemos prestar especial atenção às PME, às empresas em fase de arranque e às empresas derivadas, que são motores essenciais da inovação no domínio da biotecnologia, mas que, muitas vezes, têm dificuldade em expandir-se e levar a investigação à fase de comercialização na Europa.

Trabalharei com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia num plano de ação europeu para a cibersegurança dos hospitais e dos prestadores de cuidados de saúde, com carácter prioritário, nos primeiros 100 dias do mandato, a fim de proteger o nosso setor da saúde, em que um ciberataque pode ser uma questão de vida ou morte. Os sistemas de saúde são cada vez mais alvo de cibercriminosos e de gangues interessados no *software* de sequestro. Um em cada doze ciberataques visa hospitais e prestadores de cuidados de saúde, com 54 % dos incidentes envolvendo *software* de sequestro e 30 % visando dados dos doentes. O impacto de um ataque aos sistemas de saúde é extremamente grave — tais ataques podem perturbar a capacidade dos hospitais para prestar cuidados e comprometer dados de saúde pessoais sensíveis. O plano de ação basear-se-á no quadro de cibersegurança existente para promover a ciber-resiliência nos hospitais e nos estabelecimentos de cuidados de saúde. As autoridades a todos os níveis e a indústria terão de trabalhar em conjunto para melhorar a deteção de ameaças, a preparação, a dissuasão e a resposta a situações de crise.

Por último, o trabalho do Parlamento para assegurar a conclusão bem-sucedida das negociações sobre o regulamento relativo ao Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS) no início deste ano constitui um excelente ponto de partida para os trabalhos futuros. O EEDS é uma parte essencial da União Europeia da Saúde que facilitará

a utilização de tecnologias avançadas, incluindo a inteligência artificial, em benefício dos doentes, dos profissionais de saúde, das universidades e da indústria, assegurando simultaneamente a mais elevada proteção da privacidade dos dados dos doentes. Chegou o momento de o implementar plenamente no terreno. Se a minha indigitação for confirmada, centrar-me-ei na execução das ações no âmbito das competências da Comissão com base no calendário previsto no regulamento, incluindo as normas e orientações necessárias, e na garantia do desenvolvimento de infraestruturas digitais da UE seguras e sólidas para facilitar o acesso transfronteiras aos dados de saúde e a utilização segura dos dados de saúde para fins de investigação e elaboração de políticas. Prestaria especial atenção a impulsionar esta iniciativa fundamental para a sua concretização.

Perguntas da Subcomissão da Saúde Pública

10. De que forma se compromete a trabalhar na prevenção da saúde como um dos domínios fundamentais, assegurando uma abordagem abrangente para a promoção da saúde e prevenção de doenças ao longo da vida? A este respeito, muitas propostas no âmbito do plano de luta contra o cancro foram prometidas no mandato anterior, mas não foram concretizadas pela anterior Comissão. Compromete-se a realizar as ações e os objetivos em falta no âmbito deste plano, incluindo, nomeadamente, uma revisão da legislação pertinente em matéria de tabaco (nomeadamente para combater novos produtos, como os vapeadores), propostas de rotulagem e advertências para a saúde nos produtos contendo bebidas alcoólicas? No que diz respeito a outras doenças não transmissíveis, pode fornecer-nos os principais elementos que irá apresentar para uma abordagem comum nestes domínios?irá continuar a centrar-se no reforço da imunização e da vacinação como componentes essenciais deste esforço? Para além das medidas mencionadas na sua carta de missão, pode especificar outras medidas que irá tomar em matéria de prevenção no que diz respeito à saúde mental e à aplicação da estratégia de saúde mental? Compromete-se a realizar a revisão do Regulamento Dispositivos Médicos? Como irá garantir a acessibilidade dos preços, a disponibilidade, a segurança e a prevenção de situações de escassez?

Na UE, as doenças não transmissíveis representam atualmente quase 80 % da carga de doença e são a principal causa de mortalidade. Prevê-se que estes números profundamente preocupantes aumentem, devido aos padrões demográficos na UE, cuja população está rapidamente a envelhecer. Estas doenças reduzem a qualidade de vida das pessoas, afetam a esperança de vida, agravam as desigualdades sociais e económicas e têm um forte impacto nos sistemas de saúde e nas economias dos Estados-Membros, representando a maior quota dos custos dos cuidados de saúde nos países da OCDE.

O Parlamento Europeu tem prestado especial atenção a esta questão. Concordo plenamente que a prevenção é a forma mais eficaz de reduzir a incidência de doenças não transmissíveis e de assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos nossos sistemas de saúde. Muitos dos determinantes da saúde (por exemplo, a atividade física ou a nutrição) e dos fatores de risco (por exemplo, o consumo de tabaco ou o consumo nocivo de álcool) são os mesmos em diferentes casos. Por conseguinte, se for confirmado como comissário, procurarei fazer face os desafios específicos destas doenças com uma abordagem transversal da prevenção ao longo da vida, com base nas ações existentes em matéria de promoção da saúde e prevenção de doenças. Esta abordagem transversal será a forma mais eficaz de promover ações no domínio da saúde pública que sejam eficientes e sustentáveis.

A luta contra as doenças cardiovasculares deve ser um dos principais componentes desta abordagem transversal. As doenças cardiovasculares são a principal causa de mortalidade e o principal fator de doença e invalidez na UE: juntos, as doenças cardiovasculares e o cancro causam mais de metade das mortes prematuras na Europa. Se a minha indigitação for confirmada, procurarei tirar partido das ações colaborativas existentes com os Estados-Membros, tais como as ações conjuntas sobre doenças cardiovasculares e diabetes, e analisar mais aprofundadamente as ligações entre determinantes da saúde, fatores de risco e doenças crónicas, tais como a obesidade. Poderá ser dada especial atenção à melhoria da prevenção e da deteção precoce das doenças cardiovasculares. Para o efeito, tirar pleno partido das soluções digitais de saúde, incluindo a IA, permitiria aos doentes da UE beneficiar das tecnologias mais recentes em termos de diagnóstico e tratamento de precisão.

Neste contexto, se for confirmado como comissário, promoverei a execução do Plano Europeu de Luta contra o Cancro. A luta contra o cancro continua a ser um dos maiores desafios do nosso tempo, tal como também salientado pelo Parlamento Europeu na sua resolução de 2022. Até à data, mais de 90 % das ações do Plano de Luta contra o Cancro foram executadas ou estão em curso. No entanto, os trabalhos devem prosseguir, juntamente com o Parlamento Europeu, com os Estados-Membros e com as partes interessadas na execução do plano e das suas ações muito ambiciosas. A 5.ª edição do Código Europeu contra o Cancro deverá ser concluída no próximo ano, capacitando as pessoas para reduzirem o seu risco individual de cancro; outro passo será a Rede da UE de Centros Nacionais Integrados do Cancro, que, até 2028, ligará 100 estruturas multidisciplinares que gerem todos os aspetos dos cuidados, da investigação e da formação médica especializada no domínio oncológico. Além disso, entre 2026

e 2028, prevê-se a publicação de orientações e regimes de garantia de qualidade para os cuidados oncológicos do pulmão, da próstata e do estômago, a fim de apoiar os Estados-Membros na implementação de novos métodos de rastreio, permitindo uma deteção mais precoce que possa salvar vidas.

Sendo confirmado como comissário, parte do meu trabalho para promover uma abordagem abrangente da promoção da saúde e da prevenção de doenças consistiria numa revisão da legislação no domínio da luta antitabaco, com base na avaliação em curso e tal como apoiado pelo Parlamento Europeu em 2022. Um dos pontos prioritários para a avaliação em curso é a utilização de produtos emergentes do tabaco e produtos afins, tais como os cigarros eletrónicos, e a dependência da nicotina. Tal é essencial para proteger melhor as crianças, os jovens e os cidadãos em geral dos efeitos negativos destes produtos. Tenciono igualmente apoiar a aplicação da proposta de recomendação sobre espaços sem fumo nem aerossóis, assim que adotada pelo Conselho. De um modo mais geral, creio que temos de refletir sobre a forma de alterar a narrativa sobre os fatores de risco, incluindo o álcool, e os determinantes económicos da saúde. As atitudes sociais podem ser um motor fundamental da mudança.

A vacinação é uma das medidas de prevenção mais eficazes e eficientes em termos de custos. Se a minha indigitação for confirmada, dentro do limite das competências da União, tomarei medidas para combater a desinformação e a hesitação em relação às vacinas, monitorizar a cobertura vacinal nos Estados-Membros, apoiar campanhas de vacinação e ajudar os Estados-Membros a controlar eventuais surtos de doenças. Analisarei formas de ajudar os Estados-Membros a eliminar os obstáculos estruturais à vacinação, desde a redução dos custos e o aumento do acesso às vacinas até à eliminação dos obstáculos administrativos e à promoção da utilização de registos eletrónicos. Por exemplo, a recomendação do Conselho recentemente adotada sobre os cancros preveníveis por vacinação ajudará os Estados-Membros a aumentar a taxa de vacinação contra os vírus do papiloma humano entre raparigas e rapazes e o vírus da hepatite B entre os grupos populacionais afetados. A implementação da recomendação teria um impacto real.

Sendo confirmado como comissário, prosseguiria também o trabalho em matéria de saúde mental, um domínio que é muito importante para os nossos cidadãos. Já antes da pandemia de COVID-19, os problemas de saúde mental afetavam cerca de uma em cada seis pessoas na UE, com um custo de 600 mil milhões de EUR, ou seja, mais de 4 % do nosso PIB. O Parlamento Europeu reconheceu que uma melhor saúde mental é um imperativo social e também económico; tenciono, pois, avançar com as medidas previstas na comunicação de 2023 relativa a uma abordagem abrangente da saúde mental. Das 20 iniciativas emblemáticas apresentadas, umas estão já a ser aplicadas e outras estão já concluídas, contudo, esses trabalhos, em parceria com os Estados-Membros e as partes interessadas, têm de continuar. A abordagem abrangente da saúde mental já se centra fortemente nas crianças e nos jovens, que são cada vez mais afetados por doenças mentais: em 2021, um em cada cinco adolescentes tinha um problema de saúde mental. Embora a transição digital traga, obviamente, enormes benefícios, não podemos ignorar as suas desvantagens: precisamos de um espaço digital mais seguro e saudável para as crianças, que dê resposta aos riscos da presença excessiva em linha e da utilização excessiva das redes sociais, do acesso a conteúdos ilegais ou inadequados e da ciberintimidação. As orientações políticas conferiram especial atenção a este domínio. Trabalharei com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, a comissária da Igualdade e o comissário da Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto e conduzirei um inquérito à escala da UE sobre o impacto mais vasto das redes sociais no bem-estar das pessoas, com especial destaque para as crianças e os jovens. Precisamos de uma base factual sólida sobre a qual se possa basear um debate: foram também iniciados trabalhos sobre um conjunto de ferramentas de prevenção para as crianças que ajudará a fazer um levantamento do impacto do tempo de ecrã e das redes sociais, bem como a encontrar soluções para estes problemas.

Tal como especificado nas minhas respostas às perguntas 9 e 3, se for confirmado como comissário, darei prioridade à avaliação em curso do quadro regulamentar relativo aos dispositivos médicos e considerarei eventuais alterações legislativas para assegurar que o quadro apoia a inovação e a disponibilidade de dispositivos para salvaguardar cuidados de saúde de elevada qualidade, incluindo para crianças. Neste contexto, analisaria a necessidade de reduzir os custos e os encargos administrativos, especialmente para as PME.